



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacu – Estado de Minas Gerais.

EDITAL

CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº 013/2024

PROCESSO Nº 0115/2024

PREÂMBULO

PERÍODO DE CREDENCIAMENTO
PRIMEIRA CHAMADA
OBJETO: Chamada Pública para credenciamento de empresas para prestação de serviços de exames de ultrassonografia com laudo, a fim de atender os usuários da Rede Pública de Saúde do Município, o qual se encontra devidamente detalhado e justificado no Termo de Referência anexo.
Vigência do Termo de Credenciamento: O instrumento derivado deste credenciamento terá vigência de 12 meses, respeitada a vigência máxima decenal.
Local para entrega da documentação: Paço Municipal de Ipiacu – MG.
Endereço: Avenida Milton Campos, nº 344, centro, CEP 38.350-000, Ipiacu, MG.
Horário de entrega: Das 13h às 17:00 horas – em dias úteis.
Destinatário: Presidente da Comissão Permanente de Licitação - Anna Júlia Borges Rezende.
Informações sobre o Processo: através do email licitação@ipiacu.mg.gov.br
Observações: <ul style="list-style-type: none">• O credenciamento ficará aberto a novos interessados permanentemente, se não for revogado por interesse público ou anulado, respeitada a vigência máxima decenal.• As empresas que se credenciarem fora do prazo estabelecido neste edital deverão aguardar o prazo de 15 dias úteis, prorrogável por igual período pela Administração, justificadamente, para iniciar a prestação do serviço, prazo este necessário para a avaliação da documentação, publicação, expedição e assinatura do termo/instrumento de credenciamento.
Local de Prestação dos serviços: Os serviços deverão ser prestados no Município no endereço da Unidade Básica de Saúde Josias Bezerra da Silva, situada na Rua Teixeira Lott, nº 31, Padre Cicero, Ipiacu – MG – CEP 38.350-000, diante da inviabilidade de transportar os pacientes para outro município, tratando-se de medida de eficiência e economicidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacu – Estado de Minas Gerais.

SUMÁRIO

1. OBJETO
2. DO PRAZO PARA CREDENCIAMENTO E LOCAL DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO
3. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO
4. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E CRITÉRIOS DE EXECUÇÃO
5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO
6. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA O CREDENCIAMENTO
7. DA SOLICITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO, DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS DECLARAÇÕES.
8. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO
9. DO PREÇO E CONDIÇÕES DE REAJUSTAMENTO
10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
11. DA DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS
12. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS
13. DA CONCLUSÃO DO PROCESSAMENTO DO CREDENCIAMENTO
14. DOS RECURSOS
15. DO TERMO DE CREDENCIAMENTO E DO REGIME DE EXECUÇÃO
16. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CREDENCIADO
17. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE
18. DO PAGAMENTO
19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
20. DOS PADRÕES ÉTICOS
21. DA VIGÊNCIA DESTE EDITAL
22. OUTRAS INFORMAÇÕES
23. ANEXOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

EDITAL

CHAMADA PÚBLICA: 013/2024

PROCESSO: 0115/2024

PROCEDIMENTO: CREDENCIAMENTO

O **MUNICÍPIO DE IPIAÇU**, Estado de Minas Gerais, através da Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.457.259/0001-21, com sede na Av. Milton Campos, nº 344, nesta cidade de Ipiacú, Estado de Minas Gerais, torna público, para conhecimento dos interessados, a instauração de **CHAMADA PÚBLICA** para o credenciamento de empresas para prestação de serviços de exames de ultrassonografia com laudo, a fim de atender os usuários da rede pública de saúde do município, mediante preço fixo, constante das Tabelas que constam do Termo de Referência (Anexo I), a partir de preços referenciais de mercado, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

O procedimento e o julgamento se darão por meio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, nomeado pela Portaria nº 001/2024, aplicando-se as disposições dos artigos 6º XLIII c/c Art. 78 I, 79 II e 176 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como pelas cláusulas e condições estabelecidas no edital e em seus anexos, tratando-se de:

PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO PARA FUTURA SELEÇÃO A CRITÉRIO DE TERCEIROS

1. DO OBJETO

1.1 O presente credenciamento tem por objeto a contratação de empresas para prestação de serviços de exames de ultrassonografia com laudo, para contratação, sem caráter de exclusividade, com onerosidade, de caráter eventual, sem vínculo empregatício, sem dependência econômica, por conta própria e com a assunção de seus próprios riscos, a fim de atender os usuários da Rede Pública de Saúde do Município .

1.1.1 Não serão consideradas quaisquer variações de preço apresentadas na proposta do interessado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

1.1.2 Todas as especificações dos serviços a serem prestados estão contidas no Termo de Referência, parte integrante e inseparável deste edital.

1.1.3 Não haverá distribuição igualitária das consultas. Havendo mais de um credenciado, os pacientes terão o direito de escolher o prestador de serviços, em privilégio ao princípio da eficiência na prestação de serviços públicos complementares, na forma da lei.

As quantidades constituem mera estimativa, não havendo obrigação de contratação do todo, por parte da Administração.

2. PRAZO PARA CREDENCIAMENTO E LOCAL DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 A documentação necessária para a participação neste processo (requerimento de credenciamento e a documentação de habilitação exigida) deverá ser entregue da **data de publicação deste edital de segunda a sexta-feira das 08:00 às 11:00 e 12:30 às 17:00 até o dia 31 de outubro de 2024 às 13h00min, momento este que ocorrerá a sessão**, momento em que se dará o encerramento da primeira chamada, conduzida pelo Presidente da Comissão de Licitação.

2.2 O envelope poderá ser entregue em dias úteis, dentro do período definido no preâmbulo e protocolizado pelo Presidente Comissão de Licitação ou sua equipe de apoio, mediante recibo.

PERÍODO DE CREDENCIAMENTO: da publicação deste edital até às 13 horas do dia 31 de outubro de 2024.

DATA E HORA DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 31 de outubro de 2024 às 13 horas.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

3.1 Poderão pleitear o credenciamento, pessoas jurídicas (pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto do certame, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos), no gozo pleno da atividade jurídica, que atendam às condições deste edital bem como de seus anexos, apresentando os documentos exigidos.

3.1.1 Não será admitida a participação de interessados:

3.1.2 Impedidos de contratar no âmbito da Administração Pública;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

3.1.3 Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

3.1.4 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

3.1.5 Autor do anteprojeto, do Termo de Referência ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quan

3.1.6 do a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, incluindo autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.1.7 Cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau de ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;

3.1.8 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CREDENCIANTE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.1.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.1.10 Entidades empresariais que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução total ou liquidação;

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela
Controladoria-Geral da União
(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

3.2 Recebido o pedido de credenciamento, antes do julgamento da documentação de habilitação, o Presidente Comissão de Licitação verificará, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/21 a inexistência de sanção que impeça a participação no processo, mediante a consulta aos seguintes cadastros, dentre outros:

3.2.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

3.2.2 Constatada a existência de sanção, o licitante será convocado para o contraditório, previamente, à inabilitação por falta de condição de participação.

3.3 Os impedimentos, acaso existentes, deverão ser declarados pelo proponente, sob pena de responsabilidade administrativa e penal, cabíveis, conforme a legislação vigente.

3.4 A participação neste credenciamento implica em concordância e aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

4. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E CRITÉRIOS DE EXECUÇÃO

4.1 Os serviços deverão ser prestados no Município de Ipiacú – MG, Unidade Básica de Saúde Josias Bezerra da Silva, situada na Rua Teixeira Lott, nº 31, Padre Cicero, Ipiacú – MG – CEP 38.350-000.

4.2 A empresa interessada em participar do Credenciamento, deverá ter disponibilidade de insumos para realizar os serviços 01 (uma) vez por semana.

4.3 Os serviços serão prestados de acordo com a solicitação, a partir da demanda.

4.4 É vedado ao servidor público decidir ou sugerir em qual Prestador a consulta será realizada, tratando-se de decisão do beneficiário.

4.5 Demais regras sobre a execução do objeto constam do Termo de Referência, de leitura obrigatória.

5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

5.1 A documentação exigida neste edital deverá ser apresentada em original, ou cópia simples acompanhada do respectivo original para conferência e autenticação por servidor da equipe de apoio.

5.1.1 Na hipótese de autenticação por servidor público, esta será realizada por servidor autorizado, da Secretaria Municipal da Governo – Departamento de compras e licitações, da Prefeitura Municipal de Ipiacú, conforme portaria específica.

5.1.2 No caso de documentos emitidos pela internet, os mesmos somente terão validade após consulta e validação realizadas pela Comissão Permanente de Licitação.

5.1.3 Os documentos que não especificarem a data de validade, não poderão possuir data de expedição anterior a **90 (noventa) dias** da data de entrega dos mesmos.

5.2 Sob pena de indeferimento, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante.

5.3 É vedado ao servidor municipal conferir a documentação de interessados antes da protocolização, sob pena de prejudicar a isonomia.

6. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA O CREDENCIAMENTO

6.1 Os interessados em participar do presente processo deverão apresentar um envelope contendo a **SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO, JUNTAMENTE COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** e demais **ANEXOS OBRIGATÓRIOS**.

6.1.1 O envelope deverá ser apresentado lacrado, devidamente identificado externamente, dirigido a Prefeitura Municipal, devendo constar em sua parte externa os seguintes dizeres devidamente preenchidos:

Ao Sr.
Presidente da Comissão de Licitação
ENVELOPE – SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO E HABILITAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº 013/2024
PROCESSO Nº _____/2024
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE /CNPJ:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.
CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

7. DA SOLICITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO, DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

7.1 DA SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

7.1.1 O interessado deverá apresentar o “REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS” conforme modelo do **Anexo II**, contendo declaração de que aceita prestar os serviços descritos neste Edital e em seus anexos, mediante os preços fixados nas tabelas do **Anexo I**, **Termo de Referência**.

7.1.1.1 O requerimento de Credenciamento deverá ser impresso e assinado pelo requerente.

7.1.1.2 A empresa arcará com todos os custos, encargos, tributos e demais despesas da contratada, pertinentes à execução dos serviços credenciados, pelo preço fixado pela Administração, sem qualquer variação;

7.1.2 Quando a solicitação de credenciamento for realizada por procurador, deverá ser apresentada procuração por instrumento público ou particular com **firma reconhecida**, da qual constem amplos poderes para praticar atos ou procuração específica para o procedimento de Credenciamento.

7.2 DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

7.2.1 HABILITAÇÃO PARA PESSOA JURÍDICA

7.2.1.1 **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.2.1.1 **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.2.1.2 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.
CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

administradores;

7.1.2.3 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.1.2.4 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.2.5 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

7.2.2 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

7.2.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

7.2.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.2.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.2.2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.2.2.7 Atenção!! Em relação aos itens 7.1.2.5 e 7.1.2.6, acima, o licitante, de acordo com o seu ramo de atividade, compatível com o objeto contratual, deverá definir qual a prova de inscrição e de regularidade deverá apresentar, se municipal ou estadual, conforme seja contribuinte de ISS ou de ICMS. **(Fale com o seu contador).**

7.2.2.8 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.2.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.2.3.1 Declaração de compatibilidade para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através da apresentação de no mínimo **01 (um) atestado**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que **atesta o fornecimento anterior, a contento, do serviço pertinente e compatível com as características do objeto deste edital**, na forma do Anexo IV;

7.2.3.2 **Alvará Sanitário ou Licença Sanitária** da empresa proponente, expedido pelo serviço de vigilância Sanitária Municipal/Estadual sede da Licitante, conforme legislação em vigência;

7.2.3.3 **Registro** da empresa licitante no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde-CNES;

7.2.3.4 **Certificado de Registro ou inscrição** do estabelecimento no



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

respectivo Conselho de Classe Regional, devidamente atualizada;

7.2.3.5 **Comprovação** de possuir profissional **(Responsável Técnico)**, detentor de responsabilidade técnica para execução dos serviços, emitida pelo Conselho Regional da categoria (com cópia do diploma do curso de graduação e registro no Conselho competente).

7.2.3.6 A comprovação de vínculo entre a Licitante e o profissional indicado como responsável técnico, deverá ser feita por meio de cópia da Carteira de Trabalho ou Ficha de Registro de Empregados ou, ainda, por contrato de autônomo, e no caso de sócio da empresa, a comprovação se fará pela apresentação do Contrato Social da Empresa e suas alterações ou na forma consolidada.

7.2.3.7 autorização de Funcionamento expedido pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) em nome da Proponente.

7.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

7.1.3.1 Pessoa Jurídica - certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II, em prazo não superior a 90 dias.

8. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1 Analisada a documentação serão credenciados os interessados que preencherem os requisitos previstos neste edital, de acordo com as necessidades do Município e a disponibilidade financeira e orçamentária.

8.2 Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, em se tratando de **MPE's**, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para regularização da documentação.

8.2.1 Para fins de comprovação da condição de MPE's as interessadas deverão apresentar a

8.2.2 **Declaração** na forma do **Anexo IV**, deste edital.

8.2.3 Findo o prazo referido, a não regularização da documentação fiscal pelo implicará indeferimento de seu CREDECIMENTO.

8.2 O Presidente Comissão de Licitação poderá diligenciar para regularizar a



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIACÚ - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

documentação dos interessados, na forma da Lei 14.133/2021, concedendo prazo de no mínimo 03 dias úteis, para sanar as irregularidades.

8.3 Caso o interessado não sane os vícios no prazo definido, o credenciamento será indeferido.

8.4 Não há impedimentos de que o interessado, cujo credenciamento tenha sido indeferido, credencie-se novamente, apresentando nova documentação.

8.5 O Presidente Comissão de Licitação receberá a documentação dos credenciados e examinará o cumprimento das condições exigidas.

8.6 Findo o prazo para entrega de documentos, o Presidente Comissão de Licitação publicará em até 5 (cinco) dias úteis a relação geral dos credenciados.

8.7 A lista dos credenciados será disponibilizada no sítio eletrônico do município de Ipiacú, MG, www.ipiacu.mg.gov.br razão social e o CNPJ e o endereço do credenciado.

9. DO PREÇO E CONDIÇÕES DE REAJUSTAMENTO

9.1 O CREDENCIADO somente fará jus aos valores correspondentes aos serviços efetivamente prestados, o número de diárias atestado.

9.2 Os preços credenciados somente poderão ser atualizado, **após o interregno de 12 meses**, mediante a utilização do IPCA-A, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha a substituí-lo.

9.2.1 O período a ser considerado para o reajustamento será aquele referente à data em que se completou 12 meses da consolidação da pesquisa de mercado, tendo como data base 10 de janeiro de 2024.

9.2.2 As alterações decorrentes de reajustes serão formalizadas por meio de apostilamento ao termo de credenciamento.

9.2.3 Na hipótese, todos os termos de credenciamento deverão ser reajustados ao mesmo tempo, não podendo haver diferença entre os valores unitários a serem pagos aos credenciados, sob pena de descaracterização do credenciamento.

9.2.4 Não há garantia de exatidão no faturamento total dos credenciados, visto se tratar de seleção a critério de terceiros.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

10.1 Os recursos financeiros destinados à execução das despesas resultantes deste processo de Credenciamento são oriundos da seguinte dotação orçamentária:

Unidade: Fundo Municipal de Saúde – SMS.

Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. FICHA(s): 259.

FONTE: 1.6600 - Recursos não Vinculados de Impostos.

10.2 Havendo a prorrogação nos exercícios subsequentes, até a expiração do prazo contratual, as despesas correrão à conta de dotação orçamentária específica nas respectivas Leis Orçamentárias anuais, para atender as obrigações da mesma natureza.

11. DA DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1 Todos os interessados que cumprirem as exigências do edital serão credenciados.

11.2 O credenciamento ficara permanentemente aberto, durante a sua vigência.

11.3 A chegada de novos credenciados não alterará a repartição do objeto, uma vez que se trata de seleção a critério de terceiros.

11.4 Os credenciados fora do prazo estabelecido no preâmbulo, deverão aguardar o prazo de 15 dias úteis, prorrogável por igual período, pela Administração, justificadamente, para iniciar a prestação do serviço, prazo este necessário para a avaliação da documentação, publicação, expedição do termo de credenciamento simplificado, abertura do novo processo de inexigibilidade e assinatura do contrato.

11.5 O novo credenciado deverá ser incluído na relação de clínicas disponíveis, para escolha, pelo usuário, sem qualquer prejuízo.

11.6 Anualmente o credenciamento deverá ser republicado, para dar ciência aos interessados de sua existência permanente.

12. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

12.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital por irregularidade na aplicação da Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolizar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

12.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.
CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do credenciamento.

12.2.1 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.2.2 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Presidente Comissão de Licitação, nos autos do processo de licitação.

12.2.3 Acolhida à impugnação haverá a alteração do edital.

13. DA CONCLUSÃO DO PROCESSAMENTO DO CREDENCIAMENTO

13.1 O deferimento do credenciamento não garante ao credenciado a contratação, que somente ocorrerá com a assinatura do Termo de Credenciamento.

13.1.1 O credenciado que não assinar o termo no prazo de até 05 dias poderá ser descredenciado.

13.1.2 Os documentos do convocado, que eventualmente estejam vencidos, deverão ser atualizados, constando-se em ATA.

13.2 Documentos sem validade expressa serão considerados válidos por **90 (noventa) dias**.

14. DOS RECURSOS

14.1 A vigência do Termo de Credenciamento, será de 12 (doze) meses a partir da publicação, prorrogável, na forma do edital e da lei, por até 120 meses.

14.1.1 O credenciado não terá direito à renovação contratual, tratando-se de decisão discricionária da autoridade superior, no campo da conveniência e oportunidade.

14.2 A Administração terá o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que não necessita mais da prestação do serviço, notificando o credenciado com **antecedência mínima de 30 dias**.

14.3 O credenciado poderá optar por encerrar a relação com a credenciante, sem ônus, a qualquer tempo, desde que notifique o município com **antecedência mínima de 30 dias**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

14.4 O termo de credenciamento oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência do credenciamento.

15. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CREDENCIADO

15.1 Prestar o serviço de maneira satisfatória, com todo o aparelhamento, necessário à fiel e perfeita execução dos serviços.

15.1.1 Responder pela correção e qualidade dos serviços, observando as normas éticas e técnicas aplicáveis, reparando, corrigindo, removendo, reconstruindo ou substituindo às suas expensas, no total ou em parte, esses serviços, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou do emprego de materiais inadequados.

15.2 Garantir o cumprimento do contrato, executando o seu objeto conforme estabelecido, inclusive, quanto ao preço ao qual aderiu.

15.3 Arcar com todas as despesas relativas aos encargos tributários, fiscais, previdenciários, securitários e trabalhistas, que incidam ou venham incidir sobre a prestação dos serviços.

15.4 Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que eventualmente causar à CREDENCIANTE ou a terceiros, provenientes da prestação do objeto, respondendo por si ou por seus sucessores, ficando ainda sob sua responsabilidade, a fidelidade das informações a serem prestadas.

15.5 Executar o serviço com autonomia, dentro de suas competências, mediante o direcionamento e orientação do gestor do contrato.

15.6 Outras obrigações específicas que constam da cláusula 18 do Termo de Referência.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

16.1 Proporcionar à contratada condições para a fiel execução do objeto CREDENCIADO.

16.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada.

16.3 Notificar a contratada, por escrito, acerca da aplicação de penalidade, garantindo-lhe a prévia defesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

16.4 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

16.5 Efetuar o pagamento à contratada no prazo e condições estipuladas neste Edital.

16.6 Emitir ordens de serviços, fiscalizando e posteriormente atestando o cumprimento regular do objeto.

17. DO PAGAMENTO

17.1 Os pagamentos serão efetuados até o 10º (décimo) dia útil de cada mês subsequente da apresentação da nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo credenciado, de acordo com o BM – boletim de medição, que especificará a quantidade de consultas a ser paga.

17.2 A Nota Fiscal/Fatura, deverá ser emitida pelo Credenciado contra a PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU – MG e deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do **nº do Credenciamento e da Ordem de Fornecimento**, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento dos serviços e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

17.2.2 A Secretaria Municipal de Saúde será responsável pela conferência e validação dos serviços prestados, devendo, a Nota Fiscal conter atestado de conformidade assinado pelo servidor responsável.

17.2.3 Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte do credenciado o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, sem ônus ao CREDENCIADO.

17.3 A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e social.

17.4 A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

17.5 Constatando-se a situação de irregularidade do CREDENCIADO será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Persistindo a irregularidade, o CREDENCIANTE deverá adotar as medidas necessárias à extinção do termo de credenciamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

17.6 O credenciado ciente de sua sujeição a desconto tributário de acordo com a legislação vigente.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021, pela inexecução parcial ou total do credenciamento e outras infrações na prestação do serviço, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados e as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.1.1 advertência;

18.1.2 multa;

18.1.3 impedimento de licitar e contratar, nos seguintes casos:

18.1.4 abandonar a prestação do serviço sem comunicação prévia,

18.1.5 reiteradamente, colocando em risco o patrimônio público.

18.1.6 declaração de inidoneidade, nos seguintes casos:

18.1.7 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento ou prestar declaração falsa durante o procedimento;

18.1.8 fraudar o credenciamento;

18.1.9 comportar-se de modo inidôneo, desonesto, ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.10 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.11 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.12 na aplicação das sanções serão considerados:

18.1.13 a natureza e a gravidade da infração cometida;

18.1.14 as peculiaridades do caso concreto;

18.1.15 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.1.16 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

18.2 A multa será recolhida em percentual de 2%, 5% ou 10% incidente sobre o valor anual, estimado, da prestação do serviço, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial, **graduada conforme a gravidade da infração.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

18.3 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.4 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

18.5 Faltas injustificadas, inexecução, defeitos ou vícios na prestação dos serviços constituem razões para o descredenciamento unilateral, podendo ainda ser aberto processo administrativo para apuração de eventuais responsabilidades.

18.6 A apuração de responsabilidades, relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização, concedido o contraditório e a ampla defesa.

18.7 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos eventualmente causados à Administração Pública.

19. DOS PADRÕES ÉTICOS

19.1 Os interessados deverão observar os mais altos padrões éticos durante o procedimento e a execução do objeto, responsabilizando-se pela veracidade das informações e documentações apresentadas no processo, estando sujeitos às sanções previstas na legislação.

19.2 Para a execução do objeto deste processo, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação vantagens financeiras ou administrativas, ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele relacionado, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

20. DA VIGÊNCIA DO EDITAL

20.1 Este procedimento auxiliar de credenciamento ficará aberto permanentemente, até que seja anulado ou revogado, ou que cesse a vigência decenal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacu – Estado de Minas Gerais.

20.2 O processo deverá ser republicado ao término de 12 (doze) meses, e assim sucessivamente, para garantir a publicidade do credenciamento.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

21.1 Será lavrada ata circunstanciada da sessão apresentação das normas contratuais, com a respectiva assinatura dos contratos.

21.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da sessão na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Presidente Comissão de Licitação.

21.3 A homologação do resultado do procedimento não implicará direito à contratação.

21.4 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas sem qualquer responsabilidade da Administração.

21.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.6 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no sítio oficial do município de Ipiacu www.ipiacu.mg.gov.br;

21.7 O aviso do edital será publicado no Diário Oficial da União endereço em jornal de circulação regional Jornal Gazeta do Pontal, afixado no mural do pátio municipal e divulgado no portal da Prefeitura Municipal de Ipiacu, www.ipiacu.mg.gov.br (Sistema de Licitações).

22. ANEXOS

22.1 Integram este Edital de Credenciamento:

Anexo I – Termo de Referência com Tabelas de procedimentos e preços fixados;

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

Anexo II – Formulário de Requerimento de Credenciamento Pessoa Jurídica e Declaração de Cumprimento das Obrigações;

Anexo III – Comprovação de Aptidão para o fornecimento do objeto desta



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

contratação

Anexo IV – Declaração de Condição de MPE'S;

Anexo V – Minuta de Termo de Credenciamento;

Anexo VI – Termo de indicação das instalações, do aparelhamento e do(s) responsável(eis) técnico(s);

Anexo VII – Declaração de Indicação e Anuência de Responsável Técnico para Contratação Futura;

Anexo VIII - Modelo de Republicação Anual da Chamada Pública;

22.2 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da comarca de Ipiacú/MG, com exclusão de qualquer outro.

Município de Ipiacú-MG, aos 15 dias do mês de outubro de 2024

Anna Júlia Borges Rezende

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IPIAÇU – MG

DD. Sr.

Rafael Evangelista Capanema

A Secretária Municipal de Saúde, no uso das atribuições de seu cargo, verificando a existência de interesse/necessidade público, vem requerer de Vossa Excelência autorização para **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA COM LAUDO, A FIM DE ATENDER OS USUÁRIOS DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO**, o qual se encontra devidamente detalhado e justificado no Termo de Referência anexo, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde deste Município.

REQUER CONTRATAÇÃO PÚBLICA

ITEM	QT	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	30	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA E EMISSÃO DE LAUDOS DE ABDOMEM SUPERIOR .	R\$ 100,00	R\$ 3.000,00
2	250	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA E EMISSÃO DE LAUDOS DE ABDOMEM TOTAL .	R\$ 100,00	R\$ 25.000,00
3	50	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE APARELHO URINARIO .	R\$ 100,00	R\$ 5.000,00
4	150	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE ARTICULAÇÕES .	R\$ 100,00	R\$ 15.000,00
5	50	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE ORGÃOS E ESTRUTURAS SUPERFICIAIS (TIREOIDE E ESCROTO)	R\$ 100,00	R\$ 5.000,00
6	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE PENIS	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00
7	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE GLOBO OCULAR	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00
8	5	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE OBSTETRICA	R\$ 100,00	R\$ 500,00
9	200	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE OBSTETRICA GEMELAR	R\$ 200,00	R\$ 40.000,00
10	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE OBSTETRICA MORFOLOGICA	R\$ 280,00	R\$ 2.800,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

12	100	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE OBSTETRICA MORFOLOGICA GEMELAR	R\$ 400,00	R\$ 40.000,00
13	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE ESTRUTURAS (REGIÃO PERINEAL, CERVICAL OU AXILAS; MUSCULOS OU TENDÃO)	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00
14	50	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE MAMAS	R\$ 100,00	R\$ 5.000,00
15	120	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE GINECOLOGICA	R\$ 100,00	R\$ 12.000,00
16	60	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE GINECOLOGICA ENDOVAGINAL	R\$ 100,00	R\$ 6.000,00
17	240	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE PROSTATA TRANSRETAL	R\$ 150,00	R\$ 36.000,00
18	12	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE RETROPERITONEO	R\$ 100,00	R\$ 1.200,00
19	5	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE TORAX	R\$ 100,00	R\$ 500,00
20	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE MONITORAÇÃO FOLICULAR	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00
21	5	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE OBSTETRICA C/DOPLER COLOR	R\$ 150,00	R\$ 750,00
22	30	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE OBSTETRICA GEMELAR C/DOPLER COLOR	R\$ 250,00	R\$ 7.500,00
23	30	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE C/DOPLER COLOR ABDOMEN TOTAL	R\$ 150,00	R\$ 4.500,00
24	30	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR DE CAROTIDAS	R\$ 200,00	R\$ 6.000,00
25	30	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR ARTERIAL MEMBROS SUPERIORES	R\$ 300,00	R\$ 9.000,00
26	150	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR ARTERIAL MEMBROS INFERIORES	R\$ 300,00	R\$ 45.000,00
27	150	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR VENOSO MEMBROS SUPERIORES	R\$ 300,00	R\$ 45.000,00
28	150	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR VENOSO MEMBROS INFERIORES	R\$ 300,00	R\$ 45.000,00
29	150	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR ESTRUTURAS SUPERFICIAIS	R\$ 100,00	R\$ 15.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

30	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR APARELHO URINARIO	R\$ 250,00	R\$ 2.500,00
31	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR GINECOLOGICO	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00
32	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR GINECOLOGICO ENDOVAGINAL	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00
33	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR BOLSA ESCROTAL (ELASTOGRAFIA CAVERNOSA)	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00
			R\$ 384.250,00	

PESQUISAS DE MERCADO/VALORES REFERENCIAIS

Segue em planilhas anexas, as pesquisas de mercado que fora realizado em nossa região, pela Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR ESTIMADO A SER DESPENDIDO

Com base na pesquisa de mercado apurando o valor médio de cada item com a somatória das quantidades o valor total máximo será de **R\$384.250,00 (trezentos e oitenta e quatro mil duzentos e cinquenta reais).**

REQUER AUTORIZAÇÃO PARA A AQUISIÇÃO

Requeremos, portanto, autorização para aquisição do objeto, mediante:

(x) Processo licitatório na modalidade:

CHAMADA PÚBLICA – CREDENCIAMENTO – INEXIGIBILIDADE.

DECLARAÇÃO

Declaramos que a compra pública se enquadra na previsão da Lei para a:

Realização de Processo Licitatório na modalidade de Chamada Pública, Credenciamento, conforme artigo 6º, inciso XLIII.

Deste modo, sujeitamos o Termo de Referência a V. Exa., com as devidas justificativas, para que, entendendo devido, autorize a abertura de processo licitatório, para futura eventual contratação de empresa para prestação de serviço, ratificando as razões apresentadas e determinando aos setores competentes, que efetuem os procedimentos para a formalização de Processo



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.
CEP 38.350-000 – Ipiacu – Estado de Minas Gerais.

Licitatório de Credenciamento, com o cumprimento de todas as exigências legais.

Nesses termos

Pede deferimento.

Elaine Musse

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIACÚ - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA COM LAUDO, A FIM DE ATENDER OS USUÁRIOS DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO

1.0 OBJETO

No uso das atribuições de meu cargo, venho respeitosamente requerer que Vossa Excelência autorize a abertura de processo licitatório para **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA COM LAUDO, A FIM DE ATENDER OS USUÁRIOS DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO**, nos termos da legislação em vigor, após parecer da existência de recursos orçamentários.

ITEM	QT	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	30	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA E EMISSÃO DE LAUDOS DE ABDOMEM SUPERIOR .	R\$100,00	R\$3.000,00
2	250	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA E EMISSÃO DE LAUDOS DE ABDOMEM TOTAL .	R\$100,00	R\$25.000,00
3	50	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE APARELHO URINÁRIO .	R\$100,00	R\$5.000,00
4	150	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE ARTICULAÇÕES .	R\$100,00	R\$15.000,00
5	50	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE ORGÃOS E ESTRUTURAS SUPERFICIAIS (TIREOIDE E ESCROTO)	R\$100,00	R\$5.000,00
6	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE PENIS	R\$100,00	R\$1.000,00
7	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE GLOBO OCULAR	R\$100,00	R\$1.000,00
8	5	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE OBSTETRICA	R\$100,00	R\$500,00
9	200	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE OBSTETRICA GEMELAR	R\$200,00	R\$40.000,00
10	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE OBSTETRICA MORFOLOGICA	R\$280,00	R\$2.800,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIACÚ - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

12	100	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE OBSTETRICA MORFOLOGICA GEMELAR	R\$400,00	R\$40.000,00
13	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE ESTRUTURAS (REGIÃO PERINEAL, CERVICAL OU AXILAS; MUSCULOS OU TENDÃO)	R\$100,00	R\$1.000,00
14	50	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE MAMAS	R\$100,00	R\$5.000,00
15	120	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE GINECOLOGICA	R\$100,00	R\$12.000,00
16	60	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE GINECOLOGICA ENDOVAGINAL	R\$100,00	R\$6.000,00
17	240	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE PROSTATA TRANSRETAL	R\$150,00	R\$36.000,00
18	12	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE RETROPERITONEO	R\$100,00	R\$1.200,00
19	5	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE TORAX	R\$100,00	R\$500,00
20	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE MONITORAÇÃO FOLICULAR	R\$100,00	R\$1.000,00
21	5	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE OBSTETRICA C/DOPLER COLOR	R\$150,00	R\$750,00
22	30	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE OBSTETRICA GEMELAR C/DOPLER COLOR	R\$250,00	R\$7.500,00
23	30	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE C/DOPLER COLOR ABDOMEN TOTAL	R\$150,00	R\$4.500,00
24	30	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR DE CAROTIDAS	R\$200,00	R\$6.000,00
25	30	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR ARTERIAL MEMBROS SUPERIORES	R\$300,00	R\$9.000,00
26	150	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR ARTERIAL MEMBROS INFERIORES	R\$300,00	R\$45.000,00
27	150	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR VENOSO MEMBROS SUPERIORES	R\$300,00	R\$45.000,00
28	150	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR VENOSO MEMBROS INFERIORES	R\$300,00	R\$45.000,00
29	150	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR ESTRUTURAS SUPERFICIAIS	R\$100,00	R\$15.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

30	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR APARELHO URINARIO	R\$250,00	R\$2.500,00
31	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR GINECOLOGICO	R\$100,00	R\$1.000,00
32	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR GINECOLOGICO ENDOVAGINAL	R\$100,00	R\$1.000,00
33	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR BOLSA ESCROTAL (ELASTOGRAFIA CAVERNOSA)	R\$ 00,00	R\$1.000,00
				R\$384.250,00

2.0 JUSTIFICATIVAS

Senhor Prefeito, esclarecemos para melhor elucidar o presente termo que a presente aquisição face à necessidade para atender a demanda a população visto que a rede pública de saúde municipal é insuficiente para suprir todas as necessidades dos pacientes/municípios com relação aos serviços de médicos de média e alta complexidade.

De modo, garantindo então os serviços de saúde à população de Ipiacú, uma vez que serviços de saúde são imposições da Constituição Federal e estão dispostos nos artigos 196 e 197, vejamos:

“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”.

“Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.”.

Demonstrados os ditames constitucionais quanto à importância de garantir serviços de saúde dignos aos municípios, passamos a justificar a necessidade de contratação de serviços hospitalares.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

O Município de Ipiacú, MG, não conta com exames de Ultrassonografia à disposição da população usuária do SUS, pois os usuários precisam ser deslocados para o Município de Ituiutaba, MG, que oferece cotas muito aquém da necessidade da população de nosso Município, não atendendo a demanda do Município, e ainda não oferece a realização de diagnósticos de todas as áreas médicas que necessitamos.

Para tal atendimento à população e a meta estipulada, consideramos ser mais conveniente o credenciamento, visto ser um sistema por meio do qual a Administração Pública convoca todos os interessados em prestar serviços ou fornecer bens, para que, preenchendo os requisitos necessários, credenciem-se junto ao órgão ou entidade para executar o objeto quando convocados.

Essa sistemática pressupõe a pluralidade de interessados e a indeterminação do número exato de prestadores suficientes para a adequada prestação do serviço e adequado atendimento do interesse público, de forma que quanto mais particulares tiverem interesse na execução do objeto, melhor será atendido o interesse público.

Assim, se não é possível limitar o número exato de contratados necessários, mas há a necessidade de contratar todos os interessados, visto a grande demanda que temos para atendimentos nessa área, não é viável estabelecer competição entre os interessados em contratar com a Administração Pública.

A adoção do Credenciamento assegura que a demanda será mais bem atendida pela contratação do maior número de interessados possível, pois, e diminuirá consideravelmente a espera para realização do exame.

Importante também justificarmos quanto a inviabilidade de instalação de hospital público, pois, o nosso município é de pequeno porte, e o orçamento municipal não dispõe de recursos suficientes para construção de um hospital público e ainda a manutenção deste. Assim para atender as necessidades, invocamos o inciso I, do artigo 2º da Portaria nº 1034/2010, o qual autoriza o município realizar contratados com a iniciativa privada, para complementar a saúde pública, vejamos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.
CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

“Art. 2º Quando as disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o gestor estadual ou municipal poderá complementar a oferta com serviços privados de assistência à saúde, desde que: **I - comprovada a necessidade de complementação dos serviços públicos de saúde e**, **II - haja a impossibilidade de ampliação dos serviços públicos de saúde.**”

Com isso o ordenamento jurídico reconhece, porém que as estruturas públicas são insuficientes para acolher toda a demanda do Sistema Único de Saúde - SUS. Por esse motivo, a legislação admitiu que Poder Público pode **COMPLEMENTAR** a sua rede própria com serviços privados contratados ou conveniados, ou seja, instituições particulares podem participar do SUS quando indispensável para satisfazer as necessidades sociais. Essa participação será caráter complementar, pois a prestação do serviço público de saúde é responsabilidade direta do Estado (gênero).

Seguindo os ensinamentos de Marlon Alberto Weichert:

“Reconhecendo que a estrutura pública não seria suficiente para dar plena assistência a toda população (especialmente pela herança de contratação de serviços privados no modelo do então INAMPS), a Constituição Federal permitiu a participação de entidades particulares no âmbito do Sistema Único de Saúde.”

Essa participação deve ser de forma complementar a rede pública, ou seja, somente pode haver contratação de serviços privados quando forem insuficientes as estruturas do poder público. A simples menção a uma participação complementar permite concluir que a **“Constituição concedeu primazia à execução do serviço público de saúde por uma rede própria dos entes federativos. Atendimento público através de serviços privados deve constituir exceção,**



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

tolerável apenas se é enquanto não disponibilizado diretamente pelo Poder Público.” (WEICHERT, Marlon Alberto. Saúde e Federação na Constituição Brasileira. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, p. 199) – grifos nossos.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro Comunga de igual opinião:

“É importante realçar que a Constituição, no dispositivo citado, permite a participação de instituições privadas 'de forma complementar', o que afasta a possibilidade de que o contrato tenha por objeto o próprio serviço de saúde, como um todo, de tal modo que o particular assuma a gestão de determinado serviço. Não pode, por exemplo, o Poder Público transferir a uma instituição privada toda a administração e execução das atividades de saúde prestadas por um hospital público ou por um centro de saúde; o que pode o Poder Público é contratar instituições privadas para prestar atividades-meio, como limpeza, vigilância, contabilidade, ou mesmo determinados serviços técnico-especializados, como os inerentes aos hemocentros, realização de exames médicos, consultas, etc.; nesses casos, estará transferindo apenas a execução material de determinadas atividades ligadas ao serviço de saúde, **mas não sua gestão operacional**. (grifos nossos).

Ainda em observância Lei nº 8.080, de 19.9.90, que disciplina o Sistema Único de Saúde, prevê, nos artigos. 24 a 26, a participação complementar, só a admitindo quando as disponibilidades do SUS forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, hipótese em que a participação complementar deverá ser formalizada mediante contrato ou convênio, observadas, a respeito, as normas de direito, vejamos:

“Art. 24. Quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde (SUS) poderá



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada. Parágrafo único. A participação complementar dos serviços privados será formalizada mediante contrato ou convênio, observadas, a respeito, as normas de direito público.”

“Art. 25. Na hipótese do artigo anterior, as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos terão preferência para participar do Sistema Único de Saúde (SUS).”

“Art. 26. Os critérios e valores para a remuneração de serviços e os parâmetros de cobertura assistencial serão estabelecidos pela direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), aprovados no Conselho Nacional de Saúde. § 1º Na fixação dos critérios, valores, formas de reajuste e de pagamento da remuneração aludida neste artigo, a direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) deverá fundamentar seu ato em demonstrativo econômico-financeiro que garanta a efetiva qualidade de execução dos serviços contratados. § 2º Os serviços contratados submeter-se-ão às normas técnicas e administrativas e aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), mantido o equilíbrio econômico e financeiro do contrato. § 3º (Vetado). § 4º Aos proprietários, administradores e dirigentes de entidades ou serviços contratados é vedado exercer cargo de chefia ou função de confiança no Sistema Único de Saúde (SUS).”

Por todos os motivos acima exposto, podemos afirmar que compete ao Município e, supletivamente, ao Estado, gerir e executar serviços públicos de atendimento à saúde da população, podendo ambos recorrer, de maneira complementar, aos serviços ofertados pela iniciativa privada, quando os serviços de saúde da rede pública forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial. Assim fica demonstrada a possibilidade de contratação com empresa privada.

2.1 JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

O quantitativo deste processo é uma estimativa por atendimento, conforme as quantidades das demandas da Secretária Municipal de Saúde, e foi definido a partir do consumo médio dos anos anteriores. As quantidades previstas no presente edital são estimativas máximas para o período da assinatura da ata, e este Município se reserva no direito de adquirir em cada item o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou abster-se de adquirir algum item específico.

2.2 JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Colocar aqui a média de preços de cada item em planilha.

3. REQUISITOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS PARA O FORNECIMENTO

3.1 Para a **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** exige-se a apresentação de:

- a) Declaração de compatibilidade para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através da apresentação de no mínimo **01 (um) atestado**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que **ateste o fornecimento anterior, a contento, do serviço pertinente e compatível com as características do objeto deste edital, na forma do Anexo IV;**
- b) **Alvará Sanitário ou Licença Sanitária** da empresa proponente, expedido pelo serviço de vigilância Sanitária Municipal/Estadual sede da Licitante, conforme legislação em vigência;
- c) **Registro** da empresa licitante no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde-CNES;
- d) **Certificado de Registro ou inscrição** do estabelecimento no respectivo Conselho de Classe Regional, devidamente atualizada;
- e) **Comprovação** de possuir profissional (**Responsável Técnico**), detentor de responsabilidade técnica para execução dos serviços, emitida pelo Conselho Regional da categoria (com cópia do diploma do curso de graduação e registro no Conselho competente).
- e.1) A comprovação de vínculo entre a Licitante e o profissional indicado como responsável técnico, deverá ser feita por meio de cópia da Carteira de Trabalho



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

ou Ficha de Registro de Empregados ou, ainda, por contrato de autônomo, e no caso de sócio da empresa, a comprovação se fará pela apresentação do Contrato Social da Empresa e suas alterações ou na forma consolidada.

f) autorização de Funcionamento expedido pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) em nome da Proponente.

e) TODOS OS SERVIÇOS DEVERÃO SER REALIZADOS NO MUNICÍPIO.

4. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

4.1 A empresa deverá cumprir todos os requisitos de habilitação para ter a sua proposta aceita, e manter as condições de habilitação durante toda a execução do contrato.

4.2 A Pregoeira avaliará o preço oferecido pelo vencedor, em confronto com o edital e com os preços de mercado, visando à aceitabilidade ou não da proposta.

4.3 O licitante vencedor será obrigado a apresentar, quando solicitado pelo município de Ipiacú, laudos de análise do produto ofertado, com vistas a dirimir eventuais dúvidas sobre a qualidade do produto.

5. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

5.1 O recebimento dos serviços objeto da presente licitação dar-se-á mediante verificação e atendimento da quantidade de serviços executados, através de apresentação de Boletim Mensal dos Serviços prestados acompanhados das respectivas autorizações dos mesmos com a quantidade/especificação de procedimentos realizados e relação nominal dos pacientes atendidos, com termo de recebimento do serviço ou recibo, firmado por servidor responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços.

5.1.1 O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável.

5.1.2 O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil e ela relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

5.2 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIACÚ - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

- a) se disser respeito à especificação, quantidade de serviço executado, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua correção ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b) na hipótese de correção, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- c) se disser respeito à diferença de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

5.3 Em caso de irregularidade não sanada pelo fornecedor, serão encaminhados os fatos ocorridos à autoridade superior, para apuração e aplicação de penalidade.

5.4 Satisfeitas as exigências e condições previstas, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, assinado por Comissão ou Servidor designado.

5.5 A prestação dos serviços deverá atender os critérios definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as diretrizes traçadas pela Administração, observando os preceitos éticos editados pelo Conselho Federal de Medicina e do Código de Ética Médica.

5.6 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desconformidade.

6. ESCOLHA DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

Justificamos a modalidade de contratação de profissionais por credenciamento de serviços de saúde para a prestação de serviços ao SUS já foi enfrentada pelos Centro de Apoio Operacional (CAOSAÚDE) em demandas concretas, consubstanciada nos Pareceres Técnico Jurídicos nº 02/2010, nº 007/2011 e 009/2018 contudo, não consistindo esses em orientação institucional, com repercussão geral, própria das Notas Técnicas (NT).

O entendimento atualizado do TCU é no sentido de que o credenciamento poderá ser feito inclusive para atuação do profissional médico para as unidades públicas de saúde do SUS, desde que devidamente regulamentado. Destacamos que o credenciamento deve ser tratado como Credenciamento, com base no caput do Art. 79, I da Lei 14.133/21. Vale mencionar que, em função da relevância pública e de suas especificidades, visando a manutenção e eficiência dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

serviços, é usual a Administração contratar serviços médico-hospitalares, por meio do credenciamento de clínicas, profissionais ou laboratórios que preencham determinados requisitos, a serem remunerados por procedimentos, segundo tabela preestabelecida.

A Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES) adotou o referido sistema, constando no seu “Aviso de Credenciamento”, in verbis:

“3 – DO CREDENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE 3.1

– De acordo com o art. 199 da Constituição Federal, as instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde/SUS, segundo suas diretrizes e mediante contrato de direito público, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

3.2 – O credenciamento de serviços ambulatoriais e hospitalares de saúde no Município deverá atender as especificações e as condições especiais, segundo as normas de vigilância sanitária. 3.3 – A prioridade do credenciamento

será daquele prestador que mais atender ao interesse público e que ofertar ao SUS o maior número de especialidades e , em cada uma destas, a totalidade do elenco de procedimentos que a compõe. 3.4 – As unidades contratadas deverão atuar em

conformidade com os programas, metas e indicadores determinados pelo Ministério da Saúde e Secretaria de Estado

de Saúde, atuais e futuros. 4 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO Poderão participar do SUS/MG, em caráter

complementar, as pessoas jurídicas, entidades privadas, filantrópicas, de fins não econômicos e de fins lucrativos, legalmente constituídas, com capacidade técnica comprovada, idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico fiscal,

que não estejam em processo de suspensão ou declaração de inidoneidade por parte do poder público, que satisfaçam as condições fixadas neste Aviso e na documentação do seu Anexo Único e que aceitem as exigências estabelecidas pelas



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIACÚ - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

normas do SUS e da Lei Federal nº 14.133/21. 6 – DOS CRITÉRIOS PARA CREDENCIAMENTO 6.1 – Apresentar toda a documentação exigida pela Lei Federal 14.133/21 e Decreto 44.431/06, completa e regular. 6.2 – Ter a qualificação exigida pelas normas do SUS (VISA e Portarias do Ministério da Saúde). 6.3 – Ser, de preferência, entidade filantrópica ou sem fins lucrativos, segundo o parágrafo primeiro do art. 199 da Constituição Federal /1998.”

O Tribunal de Contas da União (TCU) adotou o instituto do credenciamento para prestação de assistência médica aos seus próprios servidores, assim como sua utilização pela Previdência Social para atendimento dos segurados em geral. Após corroborar o entendimento doutrinário segundo o qual o credenciamento pode ser entendido como “a permissão de execução de serviços, caracterizada pela unilateralidade, discricionariedade e precariedade”, registrou o Tribunal de Contas da União que o sistema de credenciamento atende aos princípios norteadores da licitação.

Também, o TCU, no acórdão TC-008.797/95-5, Relator Ministro Homero Santos, dá pela inexigibilidade da licitação e a realização de um processo público de contratação.

1 – dar ampla divulgação, mediante aviso publicado no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação local, podendo a Administração utilizar-se suplementarmente e a qualquer tempo, com vistas a ampliar o universo dos credenciados, de convites a interessados do ramo que gozem de boa reputação profissional 2 – fixar os critérios e exigências mínimas para que os interessados possam credenciar-se, de modo que os profissionais, clínicas e laboratórios que vierem a ser credenciados tenham, de fato, condições de prestar um bom atendimento, sem que isso signifique restrição indevida ao credenciamento; 3 – fixar, de forma criteriosa, tabela de preços



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIACÚ - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

que remunerará os diversos itens de serviços médicos e laboratoriais, e os critérios de reajustamento, bem assim as condições e prazos para o pagamento dos serviços faturados; (grifo nosso) 4 – consignar vedação expressa do pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada, ou do cometimento a terceiros (associação de servidores, p. ex), da atribuição de proceder ao credenciamento e/ou intermediação do pagamento dos serviços prestados. 5 –estabelecer as hipóteses de descredenciamento, de forma que os credenciados que não estejam cumprindo as regras e condições fixadas para o atendimento, sejam imediatamente excluídos do rol de credenciados; 6 – permitir o credenciamento, a qualquer tempo, de qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, que preencha as condições mínimas exigidas; 7 – prever a possibilidade de denúncia do ajuste, a qualquer tempo, pelo credenciado, bastando que notifique ao TCU, com antecedência fixada no termo; 8 – possibilitar que os usuários denunciem qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços e/ou no faturamento; e 9 – fixar as regras que devem ser observadas pelos credenciados no atendimento (como p. ex. Proibição de que o credenciado exija que o usuário assine fatura ou guia de atendimento em branco)

Desta forma, consolidado pelo TCU o entendimento de que o instituto do credenciamento se dá “por credenciamento” (art. 79, I, da Lei nº 14.133/21), contudo, somente na hipótese em que se configure a inviabilidade de competição.

Lado outro, mister ressaltar que será sempre necessária a observância do procedimento da licitação quando surja possibilidade de competição objetiva entre os particulares.

Em quaisquer das situações, conforme artigo 26 da Lei Orgânica da Saúde – Lei Federal nº 8.080/90 – os serviços contratados submeter-



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

se-ão às normas técnicas e administrativas e aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), mantido o equilíbrio econômico e financeiro do contrato. Ademais, aos proprietários, administradores e dirigentes de entidades ou serviços contratados, é vedado exercer cargo de chefia ou função de confiança no Sistema Único de Saúde (SUS).

O instituto do credenciamento, portanto, pode ser utilizado, de forma complementar, para suprir eventual demanda reprimida de serviço de saúde. Há que se considerar, entretanto, que o credenciamento deve atender aos diversos princípios da administração pública, especialmente no que tange à legalidade, impessoalidade, igualdade, publicidade e probidade administrativa.

A decisão plenária do TCU, aplicável ao tema, exarada no Acórdão 352/2015, nos autos TC 017.783/2014-3, julgamento realizado em 24/02/2016, determinou ao Ministério da Saúde (MS) que orientasse todos os entes federativos a observarem as seguintes diretrizes na celebração de ajustes com entidades privadas, visando à prestação de serviços de saúde:

- 9.1.1. a contratação de entidades para disponibilização de profissionais de saúde deve ser precedida de estudos que demonstrem as suas vantagens em relação à contratação direta pelo ente público, com inclusão de planilha detalhada com a estimativa de custos a serem incorridos na execução dos ajustes, além de consulta ao respectivo Conselho de Saúde;
- 9.1.2. o credenciamento pode ser utilizado para a contratação de profissionais de saúde para atuarem tanto em unidades públicas de saúde quanto em seus próprios consultórios e clínicas, sendo o instrumento adequado a ser usado quando se verifica a inviabilidade de competição para preenchimento das vagas, bem como quando a demanda pelos serviços é superior à oferta e é possível a contratação de todos os interessados, sendo necessário o desenvolvimento de metodologia para a distribuição dos serviços entre os interessados de forma objetiva e impessoal;
- 9.1.3. devem ser realizados estudos que indiquem qual sistema de remuneração dos serviços prestados



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

é mais adequado para o caso específico do objeto do ajuste a ser celebrado, levando em consideração que a escolha da forma de pagamento por tempo, por procedimentos, por caso, por capitação ou a combinação de diferentes métodos de remuneração possui impacto direto no volume e na qualidade dos serviços prestados à população; 9.1.4. os processos de pagamento das entidades contratadas devem estar suportados por documentos que comprovem que os serviços foram efetivamente prestados – demonstrando o controle da frequência dos profissionais, os procedimentos realizados, os pacientes atendidos – e que garantam que os impostos, taxas e encargos trabalhistas aplicáveis ao caso foram devidamente recolhidos; 9.1.5. não há amparo legal na contratação de mão de obra por entidade interposta mediante a celebração de termos de compromisso com Oscip ou de instrumentos congêneres, tais como convênios, termos de cooperação ou termos de fomento, firmados com entidades sem fins lucrativos.

Também, o Acórdão TCU nº 2057/2016, nos autos da TC 023.410/2016-7, com julgamento pelo plenário, realizado no dia 10/08/2016, Relator Ministro Bruno Dantas, decidiu, por unanimidade que:

9.1.2. O credenciamento pode ser utilizado para a contratação de profissionais de saúde para atuarem tanto em unidades públicas de saúde quanto em seus próprios consultórios e clínicas, sendo o instrumento adequado a ser usado quando se verifica a inviabilidade de competição para preenchimento das vagas, bem como quando a demanda pelos serviços é superior à oferta e é possível a contratação de todos os interessados, sendo necessário o desenvolvimento de metodologia para a distribuição dos serviços entre os interessados de forma objetiva e impessoal;

Não há impedimento de que essa contratação dos profissionais



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

médicos de saúde, pelo regime de credenciamento, possa ser feita pelo sistema de remuneração por produção, contudo, devemos ressaltar quanto à existência de outras modalidades, conforme conveniência do órgão. A escolha deverá levar em consideração os critérios objetivos que conduzam à melhor vantagem assistencial para a rede de serviços. Qualquer que seja a modalidade a ser eleita, deverá, obrigatoriamente, estar descrita, com todas suas nuances, no instrumento do edital/aviso de credenciamento.

Cumpra mencionar que o credenciado é um prestador de serviço, e, portanto, não há que considerá-lo um servidor, na acepção do direito administrativo, o qual efetivamente mantém vínculo laboral com a administração.

No tocante ao possível superfaturamento, com pagamentos de consultas médicas com preços acima da tabela de referência do SUS, cabe esclarecer que, em princípio, a remuneração dos serviços prestados por particulares, visando à complementação dos serviços prestados, deverão atender aos parâmetros fixados pelo SUS. Entretanto, conforme entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, na Consulta nº 811.980, Relator Conselheiro Antônio Carlos Andrada, não se vislumbra qualquer óbice para que o município estabeleça preços acima dos mínimos, em razão de características locais e visando atrair um número maior de profissionais. Contudo, a fixação da remuneração deverá observar os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, levando-se em conta as circunstâncias locais e as disponibilidades financeiras.

Recomenda-se nessa hipótese, em louvor à segurança jurídica e transparência, a regulamentação da matéria pelo Chefe do Executivo municipal, com prévia discussão e aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde, ressaltando que essa complementação de valores deverá ser suportada por recursos próprios do tesouro municipal, vedada sua utilização pelos rubricados, repassados fundo a fundo, para o Sistema Único de Saúde. É o que estabelece a Portaria do Ministério da Saúde nº 1606 de 11 de setembro de 2001:

Art. 1º Definir que os estados, Distrito Federal e municípios que adotarem tabela diferenciada para remuneração de serviços assistenciais de saúde deverão, para efeito de



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

complementação financeira, empregar recursos próprios estaduais e/ou municipais, sendo vedada a utilização de recursos federais para esta finalidade.

Importante ressaltar que o próprio Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADIN 1923, ocorrido no dia 16 de abril de 2015, decidiu pela validade da prestação de serviços públicos não exclusivos por organizações sociais com o poder público, exigindo-se, lado outro, que a celebração de convênio com essas entidades deverá ser conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios constitucionais que regem a administração pública. A Corte deu interpretação conforme a Constituição às normas que dispensam licitação, em celebração de contratos de gestão firmados entre o poder público e as organizações sociais para a prestação de serviços públicos de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação ao meio ambiente, cultura e saúde.

Desta forma, nos casos de contratação de profissionais de saúde pela figura do credenciamento, preenchidos os critérios recomendados pelo TCU e do TCEMG, esses assumem a característica, repito, de prestadores de serviços e não de servidor, situação jurídica muito mais aquém daquela decidida pelo STF, na supracitada ADIN, onde se permite a transferência de gerenciamento dos serviços por entidade privada, qualificada como organização social, por meio de contrato de gestão.

Essa flexibilidade administrativa se mostra mais pujante e proporcional quando confrontada com a necessidade dessa contratação de recursos humanos especializados para atendimento de programas de saúde, no âmbito estadual ou municipal, definidos por portaria ou resolução e não por lei em sentido estrito.

Assim, exige-se redobrada ponderação e avaliação sistêmica na atuação do sistema judicial quanto à exigência formal das contratações de recursos humanos na área da saúde, pela exclusiva modalidade do concurso público, de modo a não ferir os princípios constitucionais da razoabilidade e da eficiência, haja vista que a extinção, revogação ou modificação desses programas



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

de saúde, por ato da administração pública, não retratados por lei em sentido estrito, repercutirá no limite da responsabilidade fiscal com despesas de pessoal em regime de disponibilidade remunerada.

No caso do estado de Minas Gerais, assim prevê o artigo 190 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis, *in verbis*:

Art. 190 - Quando se extinguir o cargo, o funcionário estável ficará em disponibilidade remunerada, com vencimento ou remuneração integrais e demais vantagens, até o seu obrigatório aproveitamento em outro cargo de natureza, vencimentos ou remuneração compatíveis com o que ocupava. No mesmo sentido, a Constituição do Estado de Minas Gerais, no seu artigo 35, § 3º, inciso III, dispõe sobre essa disponibilidade remunerada, *verbis*: § 3º – Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço público federal, estadual e municipal, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Em suma, para a contratação de serviços de saúde, nas situações de ausência de competição, onde o credenciamento é adequado, não precisa a Administração Pública realizar licitação, pois todos os interessados aptos serão aproveitados.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1 Estima-se para a presente contratação será de **R\$384.250,00 (trezentos e oitenta e quatro mil duzentos e cinquenta reais)**.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 Os recursos financeiros destinados à execução do objeto desta contratação são oriundos recursos próprios do Município, e correrão por conta do Fundo Municipal de Saúde, através da seguinte dotação orçamentária: Ficha: 259, Fonte de Recurso: 1.660, para o exercício de 2024 e as correspondentes no exercício vindouro.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

9.1 A Contratada obriga-se a:

9.1.1 Obriga-se o credenciado a executar o objeto do contrato com qualidade e eficiência, dentro dos padrões e prazos exigidos, conforme o Termo de Referência anexo a este edital.

9.1.2 Prestar os serviços na sede do nosso Município nas Unidades de Saúde, buscando conforto aos munícipes e economia aos cofres públicos;

9.1.3 Manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as condições de habilitação e qualificação exigidas no Credenciamento Público, devendo comunicar ao Credenciante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

9.1.4 Comunicar formalmente à Secretaria Municipal de Saúde, com antecedência, qualquer irregularidade ou a eventual dificuldade ou impossibilidade temporária de prestar os serviços, mediante plena justificativa técnica.

9.1.5 Atentar às exigências da Vigilância Sanitária quanto aos POP's (Procedimentos Operacionais Padrão) a respeito das normas de limpeza, desinfecção e esterilização de materiais e equipamentos utilizados durante e após a realização de cada procedimento.

9.1.6 Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento dos serviços, sem nenhuma responsabilidade ao Município licitante;

9.1.7 O atendimento para execução dos serviços deverá ser iniciado imediatamente ao recebimento do chamado, através da "ORDEM DE SERVIÇOS";

9.1.8 A responsabilidade do Credenciado estende-se aos casos de danos por defeitos relativos à prestação de serviços, os estritos termos do art. 14 da Lei nº 8.078/90 (código de defesa do consumidor).

9.1.9 Obedecer às normas internas, regulação e auditoria na prestação dos serviços próprios da Instituição, sujeitando-se às medidas cabíveis quando não atendidos os requisitos.

9.1.10 Não transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes desta contratação, ressalvada,



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

se necessária e plenamente justificável a intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo Contratante, sob pena de rescisão do contrato e consequente indenização;

9.1.11 Prestar os serviços nas Unidade de Saúde do Município, atendendo os pacientes de acordo com as determinações da Administração Municipal, conforme necessidade e possibilidade dos pacientes da rede pública de saúde.

9.1.12 Fazer a prestação dos serviços rigorosamente de acordo com as especificações contidas neste Edital e seus, sob o preço ofertado através dos lances e registrados em ata, e sob o prazo estipulado na proposta;

9.1.13 Manter o mais absoluto sigilo e a mais rigorosa confidência em relação aos atendimentos;

9.1.14 Responsabilizar-se pela indenização de danos e prejuízos materiais ou pessoais causado ao paciente, aos órgãos da Contratante e a terceiros a eles vinculados, decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos;

9.1.15 Responsabilizar por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre os serviços contratados, bem como cumprir rigorosamente todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, isentando integralmente o Município de Ipiacú de qualquer responsabilidade;

9.1.16 Será de responsabilidade da credenciada todos os encargos decorrentes das relações de trabalho, e o pessoal empregado na prestação dos serviços não terá qualquer vínculo empregatício com a contratante, na forma da legislação pertinente;

9.1.17 Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme determina o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021;

9.1.18 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos serviços;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIACÚ - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

9.1.19 Prestar os serviços contratados com as características exigidas no contrato e de acordo com a legislação vigente pertinente, sendo vedadas soluções alternativas para consecução do objeto, ressalvadas as hipóteses de expressa anuência por parte da administração;

9.1.20 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do objeto contratado, desde que a despesa não esteja liquidada;

9.1.21 Por acordo entre as partes as supressões poderão ser superiores ao limite estabelecido no item anterior;

9.1.22 Durante a execução do serviço, a Contratada é obrigada a prestar informações sobre o andamento do mesmo, e, caso ocorra imprevistos, deverá notificar de imediato a Contratante e informar as devidas medidas que serão tomadas visando à solução do mesmo para a normalização da prestação do serviço a contento.

9.1.23 Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

9.1.24 Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme inciso artigo 92, da Lei nº 14.133/2021;

9.1.25 Na hipótese do inadimplemento do subitem anterior, a contratada será notificada, no prazo definido pelo Município, para regularizar a situação, sob pena de rescisão da contratação, além das penalidades previstas no Edital, no Termo de Referência, no Instrumento Contratual e na legislação pertinente;

9.1.26 Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual;

9.1.27 Apresentar alvará de regularidade sanitária expedido pela Vigilância Sanitária Municipal e Vigilância Sanitária Regional;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

9.1.28 Aceitar Unilateralmente a Suspensão do contrato de prestação de serviços para averiguação e apuração de possíveis erros, omissões e descontinuações da prestação do serviço a qual poderá ser solicitada pela Gestora do Contrato a qualquer tempo a partir de pedidos fundamentados das Coordenação das Unidades de Saúde.

9.1.29 A forma de localização/acionamento dos serviços de ultrassom de sobreaviso será por meio de telefone fixo e/ou celular, após acionado, não poderá exceder o tempo de 40 minutos para dar ciência do recebimento da solicitação. O Secretário de Saúde ou servidor designado por ele fará o contato com o representante da empresa vencedora que ficará responsável pelo acionamento do profissional para realizar a devida prestação de serviços conforme termo de referência e anexo IA;

9.1.30 A contratada deverá prestar relatórios da execução dos serviços mensalmente, apontando inclusive as providências a serem tomadas pela Administração;

9.1.31 Justificar qualquer atraso no cumprimento dos prazos previstos acima somente será considerado se apresentada por escrito, e após aprovação da Prefeitura Municipal de Ipiacú /MG.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

10.2 Acompanhar a evolução dos preços de mercado através do setor responsável do Município de Ipiacú com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ARP, publicando trimestralmente os preços registrados.

10.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente ARP sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da contratada.

10.4 Fornece todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços contratados.

10.5 Pagar os valores contratados pelos serviços efetivamente prestados no prazo



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

e nas condições contratuais.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 O acompanhamento e a fiscalização da contratação, assim como o recebimento e a conferência dos serviços prestados, serão realizados formalmente pelo Município de Ipiacú através da Secretaria Municipal de Saúde e será feito pela Secretária Municipal de Saúde, que ficará responsável pelo recebimento e conferência dos mesmos.

11.2 O Município de Ipiacú atuará como gestor e fiscalizador da execução do objeto contratual.

11.3 O Município de Ipiacú comunicará à Contratada qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto, fixando-lhe prazo para corrigi-la.

11.4 O Município de Ipiacú expedirá relatório de execução do objeto, que servirá como instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos.

11.5 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.6 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei 14.133/21.

11.7 A licitante contratada deverá providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Município de Ipiacú referente às condições firmadas no presente contrato.

12. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DE PAGAMENTO

12.1 Os serviços objeto do presente contrato deverão ser executados na sede do



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

município, de forma parcelada, de acordo com solicitação da Secretaria Municipal de Saúde mediante autorização, por servidor responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços.

12.2 A prestação dos serviços deverá atender os critérios definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as diretrizes traçadas pela Administração, observando os preceitos éticos editados pelo Conselho Federal de Medicina e do Código de Ética Médica.

12.4 Realizar os atendimentos no limite dos recursos existentes, compromissando a empreender todos os esforços necessários no sentido de incrementar a sua execução.

12.5 Apresentar a Secretaria Municipal de Saúde, sempre que for solicitado, num prazo de 10 (dez) dias, toda a documentação contábil financeira alusiva à prestação dos serviços de que trata o objeto deste contrato.

12.6 A Contratada fica ciente da possibilidade da não execução total dos quantitativos estimados, pois a execução dos serviços será parcelada, de acordo com a necessidade da demanda do Município/Secretaria Municipal de Saúde, podendo restar ao final do período resíduo, ficando o Município desobrigado.

12.7 A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o Município de Ipiacú e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da Contratada designadas para a execução do objeto contratado, sendo a Contratada a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

12.8 Qualquer tolerância por parte do Município de Ipiacú, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela Contratada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo o Município de Ipiacú exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

12.9 Se qualquer reclamação relacionada ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade da licitante contratada for apresentada ou chegar ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

conhecimento do Município de Ipiacú, este comunicará à licitante contratada, por escrito, para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar ao Município de Ipiacú a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela licitante contratada não a eximem das responsabilidades assumidas perante o Município de Ipiacú, nos termos desta cláusula.

12.10 A Contratada será responsável, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais relativos à execução do contrato, cabendo à Contratante a fiscalização com o fim de assegurar a perfeita execução do objeto, e consequentemente do interesse público, devendo haver exata correspondência com as exigências previamente estabelecidas, sob pena de denúncia do contrato para aplicação das devidas penalidades.

a) DO PAGAMENTO

a.1 O pagamento decorrente da concretização do objeto licitado será efetuado mensalmente até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega do objeto e apresentação da nota fiscal/fatura no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Ipiacú, situada à Av. Milton Campos, nº 344, centro, Ipiacú MG, à vista do respectivo Termo de Recebimento ou documento equivalente emitido por servidor responsável pelo recebimento do objeto licitado.

a.2 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

a.3 Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a Contratada dará ao Município, plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

a.4. Todo pagamento, realizado pelo Município, que vier a ser considerado indevido, será objeto de ajuste nos pagamentos futuros, ou cobrados diretamente da Contratada.

a.5. O pagamento devido pelo Município será efetuado por meio de depósito em



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

conta bancária a ser informada pela Contratada ou, excepcionalmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

13. VIGÊNCIA DA ARP/ CONTRATO OU EQUIVALENTE

13.1 O prazo de vigência do presente Contrato será 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, prorrogável a critério do CONTRATANTE, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, mediante termo aditivo devidamente formalizado, limitada a vigência ao artigo 106 da Lei 14.133/2021.

14.2 A contratada deverá mobilizar-se e estar apta a iniciar o fornecimento no 5º (quinto) dia útil seguinte ao da assinatura do Termo de Credenciamento.

14. DO DESCREDENCIAMENTO

14.1 O descumprimento injustificado das condições estabelecidas neste Termo de Referência, ensejará ao credenciado, dependendo da gravidade ou do dano acarretado à contratante, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório, a sua imediata exclusão do rol de credenciados (descredenciamento), sem prejuízo de aplicação das demais sanções administrativas e civis previstas, bem como na legislação aplicável ao caso.

15. REAJUSTE

15.1 O contratado derivado do credenciamento poderá ser atualizado, após o interregno de 12 meses, mediante a utilização do IPCA-A, tendo como data base a data da consolidação da pesquisa de mercado, ou recomposto a qualquer momento, mediante comprovação das condições do mercado.

Nesses termos
Pede deferimento

Elaine Musse

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO II

REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

PESSOA JURÍDICA

**Ao Presidente Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Ipiacú À
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU/MG**

Referência: Credenciamento nº 013/2024

DADOS CADASTRAIS

Nome empresarial:

Endereço:

Cidade:

UF:

Telefone:

Celular:

E-mail:

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

CNPJ:

Inscrição Estadual (se houver);

Conforme dados cadastrais acima, vem, por meio do presente, solicitar seu CREDENCIAMENTO para realização de exames de ultrassom, conforme tabela anexa, para atender as necessidades dos pacientes da Rede Pública Municipal de Saúde.

ITEM	QT	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO
1	30	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA E EMISSÃO DE LAUDOS DE ABDOMEM SUPERIOR.	R\$ 100,00
2	250	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA E EMISSÃO DE LAUDOS DE ABDOMEM TOTAL.	R\$ 100,00
3	50	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE APARELHO URINARIO.	R\$ 100,00
4	150	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE ARTICULAÇÕES.	R\$ 100,00
5	50	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E	R\$ 100,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

		EMIÇÃO DE LAUDOS DE ORGÃO E ESTRUTURAS SUPERFICIAIS (TIREOIDE E ESCROTO)	
6	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE PENIS	R\$ 100,00
7	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE GLOBO OCULAR	R\$ 100,00
8	05	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE OBSTETRICA	R\$ 100,00
9	200	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE OBSTETRICA GEMELAR	R\$ 200,00
10	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE OBSTETRICA MORFOLOGICA	R\$ 280,00
12	100	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE OBSTETRICA MORFOLOGICA GEMELAR	R\$ 400,00
13	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE ESTRUTURAS (REGIÃO PERINEAL, CERVICAL OU AXILAS; MUSCULOS OU TENDÃO)	R\$ 100,00
14	50	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE MAMAS	R\$ 100,00
15	120	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE GINECOLOGICA	R\$ 100,00
16	60	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE GINECOLOGICA ENDOVAGINAL	R\$ 100,00
17	240	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE PROSTATA TRANSRETAL	R\$ 150,00
18	12	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE RETROPERITONEO	R\$ 100,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

19	05	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE TORAX	R\$ 100,00
20	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE MONITORAÇÃO FOLICULAR	R\$ 100,00
21	05	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE OBSTETRICA C/DOPLER COLOR	R\$ 150,00
22	30	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE OBSTETRICA GEMELAR C/DOPLER COLOR	R\$ 250,00
23	30	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE C/DOPLER COLOR ABDOMEN TOTAL	R\$ 150,00
24	30	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR DE CAROTIDAS	R\$ 200,00
25	30	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR ARTERIAL MEMBROS SUPERIORES	R\$ 300,00
26	150	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR ARTERIAL MEMBROS INFERIORES	R\$ 300,00
27	150	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR VENOSO MEMBROS SUPERIORES	R\$ 300,00
28	150	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR VENOSO MEMBROS INFERIORES	R\$ 300,00
29	150	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR ESTRUTURAS SUPERFICIAIS	R\$ 100,00
30	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR APARELHO URINARIO	R\$ 250,00
31	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR	R\$ 100,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

		GINECOLOGICO	
32	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR GINECOLOGICO ENDOVAGINAL	R\$ 100,00
33	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR BOLSA ESCROTAL (ELASTOGRAFIA CAVERNOSA)	R\$ 100,00

DECLARA, para os devidos fins:

- 1) QUE não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 68, VI, da Lei Federal 14.133/2021;
- 2) QUE até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação/credenciamento, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) QUE recebeu todos os documentos e informações, sendo orientado acerca de todas as regras, direitos e obrigações previstas no Edital de Credenciamento nº 013/2024, acatando-as em sua totalidade;
- 4) QUE tem conhecimento dos serviços para os quais solicita credenciamento, ciente do local, horário, e frequência e demais normas, e que os realizará de forma satisfatória;
- 5) QUE tem conhecimento da forma de seleção, por escolha do usuário, bem como da forma e condições de pagamento;
- 6) QUE concorda e aceita prestar os serviços para os quais se credencia pelos preços estipulados na Tabela de Valores acima;
- 7) QUE dispõe de todo o aparelhamento necessário para a execução dos serviços e que os manterá em condições adequadas, respeitando as normas técnicas e regulamentos aplicáveis aos serviços.
- 8) QUE o proprietário, o diretor e/ou provedor do estabelecimento a ser CREDENCIADO não pertence ao quadro de servidores públicos do município de Ipiacú/MG e não ocupa cargo de chefia ou função de confiança;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacu – Estado de Minas Gerais.

- 9) QUE não possui entre os proprietários nenhum titular de mandato eletivo;
- 10) QUE cumpre as exigências da lei relativos à reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitados da previdência social. (se se enquadrar nas hipóteses de exigência)
- 11) QUE tem ciência da precariedade do termo de credenciamento.
- 12) QUE tem ciência de que a escolha do usuário deverá se respeitada, sem a obrigatoriedade de repartição igualitária das consultas.

Para fins de pagamento, informamos abaixo os dados bancários: Banco:

Nº da Agência:

Nº da Conta Corrente:

Local e data.

Nome identificação e assinatura do interessado

ANEXO III

COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO PARA O FORNECIMENTO DO OBJETO DESTA CONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

Atestamos, a pedido do interessado e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que **[empresa prestadora de serviços, em “negrito”]**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.000.000/0001-00, estabelecida na Rua....., nº, Bairro, na cidade de, Estado de, prestou serviços de à **[nome da empresa CREDENCIANTE, em “negrito”]**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.000.000/0001-00, de **[descrição dos serviços prestados]**.

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo o prestador dos serviços cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Local e data

REPRESENTANTE LEGAL

Razão Social:

Endereço:

CNPJ:

CREDENCIANTE:

Telefone:

Site/e-mail:

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE MPE's:

Microempresa (ME), Empresa de pequeno porte (EPP) ou equiparadas



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2024

PROCESSO Nº ____/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr. (a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir a condição da empresa: **Micro Empresa- ME, Empresa de Pequeno Porte-EPP ou Equiparada - especificar**), art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não está sujeita a qualquer dos impedimentos do §4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei.

DECLARA possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da lei Complementar n.º 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à celebração do Termo de Credenciamento, estando sujeita às sanções previstas no Edital e seus anexos.

() SIM () NÃO

Obs: em caso afirmativo, assinalar acima.

DECLARA AINDA quenão celebrou contratos com a Administração Pública (em geral), neste ano calendário, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, a saber R\$ 4.800.000,00, ainda que o desenquadramento real ocorra no ano-calendário seguinte, **não se operando, portanto, o DESENQUADRAMENTO FICTO, previsto na Lei 14.133/20121.**

Por ser a expressão da verdade, eu _____, representante legal desta empresa, firmo o presente.

Local e Data

Assinatura e Carimbo

ANEXO V

MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

Termo que entre si fazem o Município de Ipiacú e _____, fundado no PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO Nº 013/2024 e na INEXIGIBILIDADE _____.

CREDENCIANTE

MUNICÍPIO DE IPIAÇU – MG na pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade, na Av. Milton Campos, nº 344, legalmente inscrito no CNPJ/MF nº 18.457.259/0001-21, representado pelo Prefeito Municipal, Rafael Evangelista Capanema.

CREDENCIADO

_____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com endereço a Av/Rua: _____ nº _____, Bairro, na cidade de _____, neste ato representada (ser for CNPJ) pelo Sr _____, CPF nº _____ e RG _____.

AUTORIZAÇÃO

A lavratura do presente termo foi autorizada pela Autoridade Superior do município, a qual homologou o resultado do processo de inexigibilidade em ato de / /2024, o qual consta dos autos, após análise da documentação e o deferimento pelo Presidente Comissão de Licitação.

CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E SUJEIÇÃO DOS CREDENCIANTES

As partes acima nomeadas no presente Termo de Credenciamento, cuja celebração foi autorizada no Processo Administrativo, Inexigibilidade nº / 2024, derivado do Edital de Credenciamento n.º 001/2024, regido pela Lei Federal nº. 14.133/2021 e alterações introduzidas por legislação posterior, e documentos que fazem parte integrantes do presente Processo Licitatório, têm entre si como consagrada as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

1.1 Credenciamento de pessoas jurídicas para a contratação de consultas médicas em diversas especialidades, conforme tabela anexa, para atender as necessidades dos pacientes da Rede Pública Municipal de Saúde no município de Ipiacú - MG, pelo preço fixado nas tabelas do Termo da Referência, anexo I deste Edital, a partir de preços referenciais de mercado.

1.2 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização dos serviços, bem assim para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este instrumento, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) O Edital de Credenciamento nº 013/2024 e seus anexos;
- b) O Termo de Referência;
- c) O Requerimento de Credenciamento e as Declarações da Contratada;
- d) A publicação da relação de credenciados;
- e) Demais anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES, REGIMES E FORMAS DE EXECUÇÃO

2.1 O credenciado deverá estar apto a iniciar a prestação de serviços em até 05 (cinco) dias contrados da publicação do Termo de Credenciamento.

2.2 Os serviços serão executados a partir da Ordem de Autorização de serviços, emitida pela Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O preço unitário fixado para os procedimentos encontram-se definidor abaixo:

ITEM	QT	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO
1	30	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA E EMISSÃO DE LAUDOS DE ABDOMEM SUPERIOR .	R\$100,00
2	250	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA E EMISSÃO DE LAUDOS DE ABDOMEM TOTAL .	R\$100,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

3	50	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE APARELHO URINARIO.	R\$100,00
4	150	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE ARTICULAÇÕES.	R\$100,00
5	50	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE ORGÃOS E ESTRUTURAS SUPERFICIAIS (TIREOIDE E ESCROTO)	R\$100,00
6	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE PENIS	R\$100,00
7	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE GLOBO OCULAR	R\$100,00
8	05	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE OBSTETRICA	R\$100,00
9	200	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE OBSTETRICA GEMELAR	R\$200,00
10	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE OBSTETRICA MORFOLOGICA	R\$280,00
12	100	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE OBSTETRICA MORFOLOGICA GEMELAR	R\$400,00
13	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE ESTRUTURAS (REGIÃO PERINEAL, CERVICAL OU AXILAS; MUSCULOS OU TENDÃO)	R\$100,00
14	50	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE MAMAS	R\$100,00
15	120	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE GINECOLOGICA	R\$100,00
16	60	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE GINECOLOGICA	R\$100,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

		ENDOVAGINAL	
17	240	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE PROSTATA TRANSRETAL	R\$150,00
18	12	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE RETROPERITONEO	R\$100,00
19	05	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE TORAX	R\$100,00
20	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE MONITORAÇÃO FOLICULAR	R\$100,00
21	05	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE OBSTETRICA C/DOPLER COLOR	R\$150,00
22	30	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE OBSTETRICA GEMELAR C/DOPLER COLOR	R\$250,00
23	30	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE C/DOPLER COLOR ABDOMEN TOTAL	R\$150,00
24	30	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR DE CAROTIDAS	R\$ 200,00
25	30	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR ARTERIAL MEMBROS SUPERIORES	R\$300,00
26	150	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR ARTERIAL MEMBROS INFERIORES	R\$300,00
27	150	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR VENOSO MEMBROS SUPERIORES	R\$300,00
28	150	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR VENOSO MEMBROS INFERIORES	R\$300,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

29	150	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR ESTRUTURAS SUPERFICIAIS	R\$100,00
30	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR APARELHO URINARIO	R\$250,00
31	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR GINECOLOGICO	R\$100,00
32	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR GINECOLOGICO ENDOVAGINAL	R\$100,00
33	10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS E EMISSÃO DE LAUDOS DE DOPPLER COLOR BOLSA ESCROTAL (ELASTOGRAFIA CAVERNOSA)	R\$100,00

3.2O preço total estimado do objeto enunciado na cláusula primeira deste ajuste é de **R\$384.250,00 (trezentos e oitenta e quatro mil duzentos e cinquenta reais)**, para o período de 12 meses.

3.3O valor mensal a ser pago a cada credenciado é variável. De acordo com a escolha de terceiros será realizada a apuração, a qual constará do boletim de medição.

3.4A soma do valor pago a todos os credenciados, no período de 12 meses, não poderá ultrapassar o valor estimado total.

3.5 Em se tratando de escolha de terceiros, não haverá qualquer interferência do município nos quantitativos a serem pagos.

3.6 O pagamento será realizado mensalmente a cada CREDENCIADO pela Tesouraria Geral do Município de Ipiacú/MG, mediante depósito bancário, desde que devidamente instruído com a documentação necessária à verificação pela Secretária de Saúde dos quantitativos do serviço efetivamente prestados após decurso dos respectivos períodos de execução dos serviços.

3.7 O CREDENCIANTE somente pagará ao CREDENCIADO os serviços efetivamente prestados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

3.8 Para fazer jus ao pagamento, o CREDENCIADO deverá manter as condições de habilitação previstas no Edital de Chamamento Público.

3.9 Nenhum pagamento será efetuado ao CREDENCIADO, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

3.10 Não haverá, nesta avença, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS

4.1 Os recursos destinados à contratação do objeto deste TERMO são oriundos de recursos próprios do Município, e correrão à conta da dotação específica para o exercício de 2024 e às correspondentes no exercício vindouro, conforme abaixo:

Unidade: Fundo Municipal de Saúde – SMS.

Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. FICHA(s): 259.

FONTE: 1.6600 - Recursos não Vinculados de Impostos.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

5.1 Este instrumento terá vigência de 12 meses a contar da sua assinatura, prorrogável por até 120 meses, na forma da lei, equiparando-se a serviços de natureza continuada, na forma do art. 107 da Lei 14.133/2021, em havendo interesse público e vantajosidade.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 As obrigações constam do Edital e no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

7.1 Proporcionar à Credenciadas condições para a fiel execução do objeto credenciado.

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela Credenciada.

7.3 Notificar a Credenciada, por escrito, acerca da aplicação de penalidade, garantindo-lhe a prévia defesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

7.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada.

7.5 Impedir que terceiros executem o serviço credenciado.

7.6 Efetuar o pagamento à Credenciada no prazo e condições estipuladas neste Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

8.1 O preço oferecido não estará sujeito a reajustamento até o final do período de 12 (doze) meses, contados da data da consolidação do orçamento, 10 de janeiro de 2024, se o contrato for prorrogado.

8.2 O reajuste do preço credenciado levará em consideração o IPCA-A, ou outro índice que vier a substituí-lo.

8.3 O reajuste será efetuado por meio de simples apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

9.1 A CREDENCIADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 155 da Lei Federal nº. 14.133/ 2021.

9.2 Faltas injustificadas, inexecução, defeitos ou vícios na prestação dos serviços constituem razões para o descredenciamento unilateral, podendo ainda ser aberto processo administrativo para apuração de eventuais responsabilidades

9.3 A Administração terá o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que não necessita mais da prestação do serviço, notificando o CREDENCIADO com antecedência mínima de 30 dias.

9.4 O CREDENCIADO poderá optar por encerrar a relação com a CREDENCIANTE, sem ônus, a qualquer tempo, desde que notifique o município com antecedência mínima de 30 dias.

9.5 Todas as decisões deverão ser motivadas pela Administração Pública, observado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 O gestor do contrato exercerá a administração dos serviços prestados pelos



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacu – Estado de Minas Gerais.

credenciadas, com a atribuição de controle das questões documentais, devendo verificar a situações pertinentes ao pagamento, prazo e vigência do instrumento contratual, necessidade de renovação/prorrogação, bem como verificar a realização de possíveis reajustes, reequilíbrio econômico financeiro e da celebração dos termos aditivos, etc.

10.2 A fiscalização dos serviços será exercida por fiscal designado, ao qual compete exercer a verificação concreta do objeto, acompanhando toda a execução, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a prestação de serviços exercidas pelas empresas credenciadas e demais responsabilidades elencadas no Manual do Gestor e Fiscal de Contratos do Município de Ipiacu- MG, ano 2020, disponível no portal na home Page :www.ipiacu.mg.gov.br; link Portal do Cidadão/Controladoria Interna/Manuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ENCARGOS

11.1 Os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, de transportes e seguro, inclusive aqueles relativos a impostos e taxas, são de inteira responsabilidade do CREDENCIADO, bem como despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza, despesas operacionais e de mão-de-obra, sendo que sua inadimplência, com relação a tais encargos, não transfere à CREDENCIANTE o ônus pelo seu pagamento, não podendo onerar a presente avença.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1 As sanções constam do edital, cláusula 19.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FUNDAMENTO LEGAL

13.1 Este instrumento reger-se-á de acordo com o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021 e posteriores alterações, **CREDENCIAMENTO Nº 013/2024**, Inexigibilidade nº _____ e demais disposições legais e aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca Capinópolis, Minas Gerais, para dirimir quaisquer questões relativas ao presente contrato que não possam ser solucionadas pelo mútuo entendimento das partes CREDENCIANTES.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.
CEP 38.350-000 – Ipiacu – Estado de Minas Gerais.

igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para todos os efeitos legais e de direito.

Município de Ipiacu/MG, aos ____ dias do mês de ____ de 2024.

CREDENCIANTE

CREDENCIADO

Testemunhas:

1) NOME: _____
CPF: _____

2) NOME: _____
CPF: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

PROCESSO Nº ____/2024

REGIME JURÍDICO: LEI 14.133/2021

TERMO DE INDICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES, DO APARELHAMENTO E DO PESSOAL TÉCNICO, ADEQUADOS E DISPONÍVEIS PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

Nome da empresa, CNPJ, endereço, telefone, representante legal, identidade nº, CPF para os fins de participação no processo em epígrafe, do Município de Ipiacú - MG, sob as penas da lei, DECLARA:

- a) Possuir todo o aparelhamento, a estrutura, insumos e mão-de-obra necessários para prestação dos serviços descritos no edital e no TR, necessários para a perfeita execução do objeto, obedecidas as especificações do edital e de acordo com a proposta técnica apresentada, indicando abaixo:
- b) A aptidão para prestar os serviços no município de Ipiacú, em estabelecimento/instalações localizados na Rua/Avenida _____.
- c) Disponibilizar de pessoal técnico adequado, suficiente e qualificado, para a realização do objeto da licitação;
- d) O compromisso de cumprir o objeto, com qualidade e pontualidade, independente dos compromissos assumidos junto a outros contratantes, ciente da vedação da execução do objeto por terceiros (subcontratação), sob pena de responsabilização.

Apresenta, abaixo, a relação dos profissionais :

Nome Especialidade

Registro CRM

Por ser expressão da verdade, firma a presente, nos termos e sob as penas da lei.

Local, data

assinatura do interessado

ANEXO VII



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.
CEP 38.350-000 – Ipiacu – Estado de Minas Gerais.

DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO E ANUÊNCIA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA

Declaramos que, profissão, inscrição no órgão de classe, será o responsável técnico desta pessoa jurídica, para a futura execução do termo de credenciamento objeto deste processo, cujo comprovante de vinculação a pessoa jurídica será juntado aos autos deste processo licitatório, após a assinatura do Termo competente.

Local, data

Assinatura do Responsável Legal da Empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÇU - MG

Avenida Milton Campos, 344, Fone: (34) – 3252-1003.

CEP 38.350-000 – Ipiacú – Estado de Minas Gerais.

ANUÊNCIA DO PROFISSIONAL INDICADO COMO RT

[inserir nome do responsável técnico], residente e domiciliado à [inserir endereço completo], Profissão, , RG [inserir número e órgão expedidor/unidade da federação], CPF [inserir número] [inserir número no respectivo Conselho Regional da Categoria Profissional], declaro que tenho pleno conhecimento do objeto do presente credenciamento, autorizo e aceito o exercício da função de Responsável Técnico no acompanhamento e execução dos serviços objeto desse processo.

Local, data

Assinatura Responsável Técnico da Empresa